

1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE GOVERNANÇA REGIONAL.

Data: 24/06/2020

HORÁRIO: 9:00 HORAS

POR VIDEOCONFERÊNCIA

Pauta

1 – Apresentação de todos os membros das Comissões Intergestores Regionais – CIR's.

2 – Quais são as necessidades sentidas, as dificuldades e os desafios para o fortalecimento da governança da Região de Saúde, com o olhar na importância da Comissão Intergestores Regional – CIR.

3 – Encaminhamentos.

Dra. Lucélia, COSEMS, Iniciou explicando que o Grupo de Trabalho (GT) de Governança é um dos mais importantes e estruturantes para o processo de fortalecimento das instâncias decisórias, para o processo de organização nas Regiões. Expôs que estão discutindo, desde o final do ano anterior, a atualização dos regimentos e de toda a organização do processo bipartite para o Planejamento Regional Integrado, e que na Região ninguém decide as “coisas” unilateralmente, e em qualquer Ente Federado é assim. Explicou que a necessidade de ter CIR, CIB, GT é justamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) colocar essa condição de ser discutido e pactuado para o bem do interesse coletivo. Reforçou que este GT tem uma função muito importante neste processo, porque propõe discutir e ir definindo o caminho nas instâncias decisórias regionais. Colocou que o objetivo no primeiro momento é conhecer uns aos outros e apresentar as realidades.

Dra. Simone, subsecretaria/SES, Argumentou que esse GT de Governança são peças fundamentais de grande importância neste momento para a regionalização que é um dos pilares da Gestão da Secretaria. Disse que o SUS é ascendente e precisam desta integração para fazer a regionalização e ter regiões fortes, assim se colocou à disposição de todos.

Sra. Lirce, Secretária-Executiva da CIB, solicitou a apresentação dos Coordenadores de cada região, Vice-Coordenação e na Secretaria-Executiva da CIR, explicando que após a apresentação, cada um iria expor a situação da Região, quais as necessidades e o que precisa para fortalecer a CIR e a Região.

Dra. Lucélia, COSEMS, após cada Região apresentar os seus membros, explicou que no processo de organização do GT de Governança continha pauta teórica e também as necessidades diversas em cada Região. Inicialmente pensaram no primeiro contato, para melhor direcionarem as pautas, um momento em que os participantes trariam as dificuldades e um momento em que o grupo faria os encaminhamentos para a próxima reunião, a fim de obterem respostas e melhores resultados dentro deste processo. Pontuou que primeiro tinham algumas demandas que precisavam ser concluídas, tais como: a atualização do regimento da CIB na reunião de fevereiro que enxugou os GT,s para otimizar as agendas evitando conflitos da mesma, possibilitando a participação de todos para que as discussões que acontecem no nível central pudessem ser capilarizadas em cada CIR. Explicou que a Câmara Técnica é um espaço de definição de pauta e precisava ser bipartite, tendo sido criada pelo Decreto nº 7.508, que diz que cada instância intergestora tem no mínimo Câmara Técnica e Grupos de Trabalho que discutem e alinham as pautas para que possam negociar e pactuar de forma que atenda as demandas de todas as partes. Explicou que a solicitação feita para organizar as agendas é para que todos pudessem discutir quais seriam as dificuldades existentes com relação às reuniões de CIR, no sentido de dizer as reais necessidades para que fosse possível fortalecer as CIR. Disse que o levantamento solicitado era para que todos pudessem pensar naquilo previamente, quando fosse levado para a reunião naquele dia e já teriam feito a análise prévia e identificado as principais dificuldades, a fim de estruturar e direcionar melhor as outras reuniões de GT. Repetiu que aquele era o GT estruturante para os demais, visto que ele daria o direcionamento e o conhecimento para que as outras ações que compõe todo o processo decisório fossem fortalecidas. Expôs que muitas pessoas nas Regiões não conseguiram levantar este rol de problemas, necessidades e anseios, porque tinham iniciado recentemente e possuíam dificuldades em entender realmente como era o processo ou estavam há mais tempo, mas tinham dificuldades. Pontuou que a dificuldade era em perceber quando fazer uma Resolução Ad Referendum ou não para poder conseguir pauta na reunião, objetivando uma facilidade maior de participação de todos num interesse coletivo e não ser uma decisão unilateral. Explicou que Região é um território, não é Ente Federado e não é a Regional, que a Regional é o espaço administrativo e logístico da SES e que a Região é o espaço de organização da Atenção e, por isto, era necessário que todos participassem das decisões, que era preciso entender estas diferenças para que o processo decisório fosse fortalecido.

Lirce Lamounier, secretária-executiva da CIB, sugeriu que começassem com a Região Sul.

Dr. Mauro, CIR Região Sul, relatou que antes da pandemia estavam reunindo com a participação de 70% a 80% dos Secretários e que a dificuldade era com relação às agendas e pautas. Queriam reunir com os gestores para que fosse organizado pautas mais consistentes em defesa das demandas da Região e os anseios deles, a dificuldade que eles tinham quanto às agendas estava relacionada às Resoluções, por terem reuniões na CIR em um dia e no dia seguinte, o GT correspondente. Por isso precisavam fazer as Resoluções com pressa e que queriam ter um espaço entre o calendário deles, o do GT e o da CIB. Comentou que o calendário deles era baseado no calendário da CIB, suas reuniões eram feitas antes das reuniões da CIB e queriam uma divulgação certa do calendário dos GT. Disse que tinham agrupados em várias áreas para que pudessem ter uma programação, possibilitando que as Resoluções deles e as demandas fossem enviadas para a CIB e GT, para homologar, e que estavam articulando, junto aos gestores, para que tivessem uma pauta que fosse mais consistente com relação à PPI. Citou que, muitas vezes, os municípios estavam pactuando entre eles, surgindo muita reclamação de que não estavam sendo atendidos e cada município tinha seu argumento em que não tinham como atender. Queriam ter mais firmeza para que estas pactuações fossem efetivadas. Relatou que estavam, também, programando a CIR deles, no sentido de organizar as Redes de Atenção que estavam um pouco dispersas, mas que, com a pandemia, os secretários nem sempre compareciam e queriam ajuda da CIB com relação a

questões técnicas. Comentou que eles não tinham informações sobre AD Referendum perguntando se as homologações destas Resoluções eram válidas e se tinham a efetividade necessária. Concluiu que aquelas eram as dificuldades levantadas e completou que tinham efetivado a Câmara Técnica deles, que não tinham reunido devido à pandemia, mas naquele momento estava efetiva e as pautas da CIR deles seriam todas discutidas na Câmara Técnica, tendo uma já agendada para aquele mês, sendo técnicos bem capacitados e que as pautas seriam discutidas com antecedência para evitar que houvesse pauta sem resolutividade. Finalizou dizendo que eram aqueles os anseios e expectativas quanto a melhora da Região deles e completou dizendo que estavam vendo como fariam para ter uma CIR macro, a Sul-Sudeste, como poderiam viabilizar para que esta reunião acontecesse uma a duas vezes ao mês, e queria saber de quem seria a iniciativa para fazer aquela articulação.

Sra. Lirce, Secretária Executiva da CIB, agradeceu e deu a palavra para a Região São Patrício II.

Dra. Jackeline, CIR São Patrício II, manifestou que ainda estava tomando conhecimento de todo o processo e que tinha dificuldade em saber quando deveria ser feita uma Resolução, quando deveria ser feita uma Resolução Ad Referendum bem como o próprio conceito e quando deveria ser encaminhado para a CIB. Relatou que estava se adaptando aos poucos, ora fazendo perguntas para a Dra. Ivone, ora para CIB, e passou a palavra à Ivone, a pessoa mais indicada para falar sobre a Região.

Dra. Ivone, CIR São Patrício II, disse que a Regional tinha um número considerável de Secretários, todos tendo uma grande facilidade em termos de gestão, mas que apresentavam, às vezes, um certo desinteresse em participar das reuniões da CIR. Observou que ultimamente tinha tido uma melhora neste sentido e que os Secretários se sentiam desamparados com relação a apoio regional. Demonstrou a intenção de reunir novamente e incentivar os próprios serviços que a Regional poderia disponibilizar, que tinham a intenção de resgatar isto para o fortalecimento da Região. Relatou que os Secretários de Saúde estavam mais assíduos, participando mais, mas em compensação a Regional apresentava poucas demandas para as reuniões da CIB e tinham poucas pactuações. Disse que tinha assumido a coordenação recentemente e veria quais eram as demandas e as dificuldades dos municípios. Observou que estavam entrando num período de um processo eleitoral, no período político, e isso atrapalharia e desmotivaria a própria gestão dos Municípios. Relatou que estava tendo dificuldades de um apoio em relação ao COSEMS e da própria Subsecretaria, de um apoio técnico nas questões jurídicas em relação aos municípios sobre a prestação de contas porque todos os municípios tinham decretado emergência. Solicitou mais apoio em relação àquela questão porque não tinha muito conhecimento da parte jurídica em relação ao que pode ou não prestar contas e essa era a parte em que estava tendo mais dificuldade, naquele momento.

Dra. Dárcia, SMS Itaguarú e Coordenadora da CIR São Patrício II, relatou que a Regional acabou se perdendo, mas a Jaqueline e a Ivone tinham dado todo apoio e achava que a Regional tinha tudo para crescer e participar de todo o processo da saúde. Concordou com a Ivone sobre as questões políticas e burocráticas e completou que gostaria do apoio de todos. Disse que a CIB tinha amparado e passado muita informação porque todos os Secretários estavam perdidos e tinham que agir rápido. Considerou que, naquele momento, era muito importante essa análise das Regionais e percebia que muitos Secretários estavam envolvidos na pandemia e esquecendo de se resguardar. Percebeu que, como ficaram um tempo sem coordenador da CIR, cada um tomou independência e tentou resolver as coisas à sua maneira e agora estavam tendo dificuldade de unir estas pessoas, mas que agora tinha quem orientasse e logo superariam e teriam muita demanda. Disse ser da Regional de Goianésia, a questão burocrática, e outros municípios, a questão de porta de entrada de urgência e emergência e isso acabava se tornando difícil porque ao cuidar do doente tinham que recorrer a outro município e acabava ansiando um pouco os Secretários e distanciando-os da Regional.

Dra. Jackeline, CIR São Patrício II, reforçou que realmente os municípios estavam tendo dificuldades na apresentação de pauta.

Dra. Lucélia, COSEMS, explicou que, com relação ao amparo jurídico ao gestor para a prestação de contas com os recursos de COVID, a assessoria jurídica do COSEMS tinha publicado notas e estudos no site do COSEMS, tendo uma grande preocupação com relação ao encerramento das contas no final de gestão e sempre procurando responder as demandas. Falou que neste ano o congresso do CONASEMS será virtual, no dia 10 de julho, e o primeiro assunto da videoconferência será sobre prestação de contas e encerramento de gestão e solicitou que divulgassem aos municípios. Pediu aos apoiadores do COSEMS e da Secretaria Estadual que se apresentassem.

Apoiadores do COSEMS:

Dra. Wellington, apoiadora da Região Central e Rio Vermelho;

Dra. Karem, apoiadora da Região Oeste I e Oeste II;

Dra. Larissa, apoiadora da Região Entorno Norte e Entorno Sul;

Dr. Reginaldo, apoiador da Região São Patrício I e São Patrício II;

Dra. Thalyta, apoiadora da Região Serra da Mesa e Norte;

Dra. Keila, apoiadora da Região Sul e Centro-Sul;

Dr. Marcos, apoiador da Região Pireneus e Estrada de Ferro;

Dra. Janice, apoiadora da região Sudoeste I e Sudoeste II;

Dra. Kelli, apoiadora da Região Nordeste I e Nordeste II;

Dra. Lucilene Paula, apoiadora do COSEMS, se apresentou dizendo que sua formação é enfermeira, atuando como profissional do SUS há mais de 20 anos, com 12 anos de trabalho na Saúde Mental e destacou que desde março estava como apoiadora regional da Superintendência de Saúde Mental e Populações Específicas. Disse que era um prazer enorme estar naquele GT, conhecendo outros participantes, além de conhecer a realidade de cada Região de Saúde do Estado de Goiás;

Dra. Miry-Gueder, apoiadora da Região Sudoeste I;

Dra. Patrícia Palmeira, apoiadora da Região Central.

Apoiadores da Secretaria Estadual:

Dra. Salete, SAIS, informou que respondia tanto como apoio às Regionais de Saúde quanto a Atenção Primária, Secundária e Terciária e que era um privilégio participar da reunião;

Dra. Edinalva, SCRS, disse que estava na assessoria da Superintendência de Regulação, fazendo esse apoio na coordenação de Apoio às Regionais, em substituição a sua colega Aline que estava de licença-maternidade;

Dra. Regina Helena, comunicou que estava no apoio às Regionais na Superintendência de Administração e Finanças com a Sra. Rúbia e que ambas estavam à disposição para atender as Regionais;

Dr. Fabiano Lino, SUTIS, falou que era apoiador na Regional pela SUTIS (Superintendência de Tecnologia e Inovação e Sustentabilidade), se colocando à disposição naquilo que ficasse acordado referente aos assuntos tecnológicos.

Dra. Ivane, comunicou fazer parte da coordenação de apoio de Educação Permanente em Saúde, se colocando à disposição das Regionais para oferecer um fortalecimento às Regiões e às Regionais.

Dra. Simone, da Subsecretaria/SES, Disse que o apoio técnico da prestação de contas é uma preocupação da Subsecretaria que fez um questionamento na CIB a esse respeito, constando em ata, e acrescentou que tiveram uma reunião com a Gerência de Planejamento sobre este assunto para tomar algumas providências e sanarem dúvidas.

Dra. Lucélia, COSEMS, Sugeriu que a Região que tivesse dificuldades e que divergisse das que já tinham sido colocadas pudesse fazer as colocações e que, posteriormente, nos encaminhamentos, cada um falaria quais eram as suas dificuldades e faria o encaminhamento da parte teórica, senão levariam muito tempo.

Dr. Anwar, CIR Estrada de Ferro, registrou que tinham uma CIR itinerante com alta presença, numa média de 80% antes da pandemia e que tiveram a experiência, no mês anterior, em fazer a reunião on-line e observaram que, apesar de a presença continuar 80% na reunião, nenhum Secretário ousou a dar uma opinião durante a reunião. Colocou que somente a mesa diretora havia manifestado, repassando as pautas, mas sem críticas que colaborasse com a reunião. Informou que toda primeira quinta-feira do mês faziam as suas reuniões, que a próxima reunião seria na quinta-feira seguinte, no entanto, o grande problema era que o presidente deles, o Dr. Fauze, Secretário Municipal de Ipameri, estava com dificuldade de adesão dos Secretários nesse tipo de reunião on-line causando certa apatia nos Secretários, assim considerou esta situação como uma das dificuldades, mas que tentariam implementar. Outra dificuldade era esclarecer e motivar os Secretários da importância da CIR na legislação do SUS e que os municípios dependem dessas resoluções para continuarem os caminhos e as reivindicações perante toda a rede do sistema público de saúde do país. Achou pertinente quando foi falado sobre o final de mandato e a prestação de contas, mencionando que é sabido sobre a prestação de contas dos Secretários, que conseqüentemente dependem das decisões da CIR e das decisões dos Conselhos Municipais de Saúde. Pediu que a SES tivesse empatia com os Secretários, que os ajudassem a motivá-los novamente a participar, mesmo que on-line. Falou ainda que não deveriam perder esse tempo, mesmo em tempos de pandemia, que deveriam acompanhar as coisas de modo universal, se preocupando com as diversas nuances da Saúde Municipal. Frisou que a dificuldade era em continuar a reunião com grandes decisões nos 18 municípios e que mesmo ocorrendo on-line, não estavam recebendo a motivação necessária dos Secretários e pediu o apoio ao COSEMS, à Subsecretaria e à CIB para motivarem novamente a CIR, mesmo que on-line.

Dra. Lucélia, COSEMS, opinou que estavam aprendendo a usar essa ferramenta com mais frequência e que a pandemia mexeu com todos, principalmente com o gestor, inicialmente em sua grande preocupação em organizar, colocando que todos se perderam um pouco e achava que deveriam retomar o caminho.

Dr. Fleury, CIR São Patrício I, se apresentou como Coordenador de CIR e Secretário de Ceres. Falou que a angústia de todos era a mesma, mas que cada Região tinha as suas peculiaridades e que a dele, em questão, nos 20 Municípios, todos eles tinham os problemas crônicos e achava que tinha que ser feito um movimento, principalmente do COSEMS e a CIB junto a AGM e FGM, para esclarecer aos Prefeitos a importância da CIR, justificando que a Regional e a Secretaria-Executiva da CIR cobravam a presença do Secretário e este alegava que o Prefeito não permitia que ele viajasse, não podendo ir ao município vizinho a 20 ou 30 Km para discutir e deliberar sobre as situações. Acrescentou que eram os Prefeitos

que mais reclamavam das deliberações e o Secretário não participando, outros tomam decisões por ele. Outra situação é que eles sempre pedem prazos para fazer uma resolução ou outra coisa, pois não sabem como funciona o trâmite, a esfera, a ascensão do SUS e acha esse um dos problemas principais, acrescentando que quanto a rotatividade não tinham como segurar e ainda o perfil do Secretário, tendo aqueles que participava menos. Disse que eles tiveram uma experiência bacana ao promover a itinerante no ano anterior e que fariam novamente se não fosse a pandemia, assim informou que as reuniões on-line tem boa adesão, não diferentes das que eram presenciais, acrescentando não terem dificuldade com a Regional de Saúde, que mesmo promovendo mudanças mantiveram a base da equipe antiga e acha que as mudanças vieram para somar.

Dr. Kleber, CIR Região Oeste II, disse que tinha conseguido fazer o exercício proposto, que era remeter à Comissão Intergestores Bipartite quais os desafios sinalizados no âmbito de sua Região. No intuito de colaborar, desde as publicações das Resoluções CIT, do Decreto 7.508, da CIT 23, tinham feito um exercício de diálogo com os Secretários e já em meados de 2017, com maior diálogo, 2018, em que tinham iniciado uma construção de um questionário para os Secretários Municipais preencherem e responderem no qual sinalizaram os desafios, as potencialidades no âmbito de Governança da CIR. A partir desse questionário, escreveu um relatório atualizado, que foi encaminhado à Comissão Intergestores Biparte, visando atender essa última demanda. Relatou o cuidado ao fazer um consolidado desse questionário lincando com o Regimento Interno da CIR. Acredita ser prudente haver o máximo de aproximação no que diz respeito à compreensão do processo de Governança Regional, à luz do Decreto 7.508, e das Resoluções CIT. Falou da necessidade do conhecimento local de cada território, seja ele micro no que diz respeito ao Município, no que diz respeito a Região e a Macrorregião, visando compreender o contexto das suas particularidades e levando em consideração que cada território tem as mesmas afinidades, desafios e oportunidades. Sugeriu melhor análise da situação de saúde nos municípios, monitorar e avaliar os instrumentos de gestão, com planejamento das ações, visando um planejamento estratégico regional, ou seja, aquilo que exceder às necessidades do Município, que a Região de Saúde possa estruturar para garantir respostas no âmbito da Região. Falou da ausência de discussão no que diz respeito a Macrorregião ligado à revisão de PDI, Plano Diretor de Investimento Regional ou Macro Regional. No que diz respeito à execução, visando dar força à Comissão Intergestor Regional, compreende a importância das discussões de pauta, a importância de estar sempre revisando o Regimento Interno e visando os encaminhamentos das reuniões, sendo estas as contribuições que tinham a colaborar naquele dia, se colocando à disposição.

Dra. Daniela Sallum, CIR Região Oeste I, comunicou que participou de duas Reuniões de CIR no município de Iporá por videoconferência e percebeu a fragilidade na participação dos gestores, considerando baixa, assim como as demandas de pautas e acha que deve ter uma maior sensibilização com os gestores. Pontuou que outro motivo de fragilidade na região é a rotatividade de profissionais, principalmente devido algumas mudanças geradas no período político. Pensa que o Grupo de Governança requer esse fortalecimento com discussões permanentes voltadas para a Política Pública de Saúde e acha que esses levantamentos de interesses e objetivos em comum devem ser negociados na Região para o seu fortalecimento, assegurando o direito de acesso a todos. Relatou que vem tendo as mesmas dificuldades com a concentração de alguns serviços em algumas áreas de especialistas, tecnologia, gerando escassez e fragmentação, assim acredita que isso depende de Políticas Públicas de Saúde.

Dra. Sônia, CIR Rio Vermelho, colocou que tem debatido sobre os papéis da CIR e da Regional de Saúde e acredita que a autonomia da CIR enquanto Região vem do planejamento construído dentro da Região de Saúde, sendo depois estendido para o planejamento estadual. Disse que devem avançar nesse ponto, a fim de melhorar as discussões das Redes de Atenção, atendendo as demandas municipais. Relatou que, dentro da CIR Rio Vermelho, não tinham esse planejamento regional e achava que tinham de avançar, colocando nas discussões a

Resolução 23 da CIT sobre a construção deste planejamento regional integrado, enquanto Região de Saúde, assim sugeriu iniciarem uma discussão bem mais pautada para realmente atender às demandas da Região de Saúde. Completou ainda que nos processos de trabalho das Secretarias Executivas da CIR também há dificuldade com pautas e resolução e acha que as discussões sobre o planejamento integrado deva ser construído e que saia realmente das demandas do município, indo ao encontro do planejamento estadual.

Dra. Simone, da Subsecretaria SES, respondeu primeiro à Regional Rio Vermelho sobre o planejamento regional integrado, sabendo da sua necessidade e que estavam em andamento com este planejamento, mas antes cumpririam algumas etapas e em breve seria repassado aos municípios.

Dr. Carlos, CIR Região Pireneus, informou que a Região deles se assemelha às demais regiões com relação a algumas situações, tais como: a não formalização, por parte das Superintendências, das solicitações e exigências de resultados e respostas imediatas à Regional; a falta de articulação e comunicação entre os Apoiadores Regionais e os Coordenadores de Unidades; o desconhecimento dos apoiadores da SES da realidade operacional Regional, do Município e da Região. Disse que a Regional Pireneus é bem atuante, embora tenham dificuldade de comunicação, criado pela figura do apoiador pelas Superintendências para diminuir o ruído entre as regionais, porém não estavam tendo clareza nessas informações. Justificou sua fala por perceber que as decisões da SES junto ao COSEMS não chegavam em tempo hábil nas Regionais de Saúde e conseqüentemente para o gestor. Acha necessário fazer um processo de trabalho conjunto para melhorar a governança em um trabalho de PPI, fortalecida pelo processo de regionalização, sugerindo um trabalho mais focado para a melhora da governança, com a contribuição da Regional. Concluiu que existem serviços centralizados em alguns municípios e outros descentralizados, o que prejudica o andamento.

Dra. Patrícia Palmeira, SMS Inhumas, CIR Região Central, disse que o maior anseio que já discutido nos GT's era uma regionalização de fato, colocando que a CIR da sua Região está fragilizada há muito tempo, devido à troca de gestores e seus encaminhamentos ficarem sem respostas. Falou que o mais difícil enquanto Coordenador de CIR é a falta de articulação das ações com a SES e de um plano de enfrentamento que tire o foco do município polo, fortalecendo os municípios pequenos. Exemplificou a operacionalização de ações como o transporte de pacientes, se seria feito via SAMU ou ambulância sanitária, questionando qual apoio seria dado aos municípios que tem SAMU, argumentando que manter os funcionários com EPIs e seguros estaria desgastante. Falou sobre a fragilidade numa CIR, considerando como a principal a falta de um encaminhamento claro das ações na rede da mãe e o acesso à rede do câncer, assim sugeriu discussões claras para fortalecer a região, assim sugeriu discussões claras para fortalecer a região e para não “desaguar” tudo no município polo.

Dr. Mauro, CIR Região Sul, considera importante tanto o fortalecimento da Região como o fortalecimento jurídico da CIR, colocando que existe demanda que não chega na Região e citou, como exemplo, as emendas parlamentares, homologadas pelo Gestor e não tem conhecimento que se trata. Assim, não se sente responsabilizado por não emitir Resolução, caso contrário ficaria responsável. Firmou ser importante essa reorganização de acordo com o decreto e aperfeiçoar o fortalecimento jurídico das Regiões, colocando que toda demanda que chega na CIB, tem que passar antes na CIR para conhecimento.

Dra. Lucélia, COSEMS, Falou que também precisam conversar sobre o apoio jurídico, respeitando o fluxo de todos os processos e documento que precisa ser combinado nas Regiões. Relatou que geralmente as demandas de uma diligência são as emendas parlamentares. Pediu para tomarem conhecimento da Resolução nº 10 da CIT que fala sobre a descrição dos recursos que precisam ser discutidos no âmbito Regional para a implantação de algum serviço, dizendo que precisa ser dada ciência quando um município oferta algum

serviço específico, acrescentando que a regionalização será fortalecida a partir do momento que todos souberem o “papel” da Regional e o “papel” da CIR. Comentou que o que pesa é a interdependência que deve existir entre todos para formação do SUS e a dificuldade em definir fluxos claro e objetivo para todos no que tange a encaminhamento de um documento, uma pauta, uma demanda que precise de maior articulação para encaminhamento.

Dra. Michelle, CIR Região Pireneus, relatou que há um enfraquecimento da região Pirineus em relação as reuniões da CIR, alegando que ficam isentos de informações importantes discutidos no COE ou no Ministério público e que não chegam no município da Região. Reclamou que isso enfraquece até a CIR e que os gestores perdem a credibilidade em relação a regional que é um braço da SES e seguem com informações desencontradas e que isso precisa ser fortalecido.

Dr. Carlos, Região Pireneus, disse que já cobrou isso em outros momentos das informações chegarem por outras pessoas e não pela Regional específica e que não tem conhecimento das reuniões que acontece no MP com o município polo e a Regional.

Dra. Lucélia, COSEMS, Comentou que esse assunto é de certo modo estruturante e que a Região é um espaço de negociação e de pactuação para garantir o acesso e que ela não existe só de município e nem só de Regional. Afirmou que a Região é problema de todos e esse é um exercício que precisa ser construído. Pontuou que cada um deveria ter uma própria secretaria, um canal com muita liberdade para falar as dificuldades, dizendo que também não tem as informações do COE atualizadas e acha que precisam discutir como chegam para todos, sendo de suma importância os encaminhamentos. Sugeriu ter acesso a pauta do COE para saber quais foram as discussões para ofertar amparo nas discussões nas Regiões no intuito de fortalecer a todos e a regional em especial para dar apoio técnico aos municípios.

Dra. Simone, da Subsecretaria SES, Solicitou que as CIR's apresentasse para todas as regiões a nova estrutura da SES, dizendo que tem lutado para diminuir as dificuldades e que todas as regionais têm contato direto com as superintendências através de contado de grupo de WhatsApp e que são respondidos prontamente quando questionados. Comentou que os Coordenadores das Regionais tem um canal direto e que ela e a subsecretária faz parte dele e procuram responder as pessoas neste canal e é sabido que muitas informações do COE não chegam para eles, algumas delas acha desnecessário e quando passa pela CIR entende-se que todos são convidados a participar e antes de começar a reunião da CIR, tanto dos coordenadores quanto as regionais se atualizam sobre os acontecimentos. Disse que está anotando todas essas demandas com relação a SES.

Dra. Patrícia Palmeira, CIR Região Central, colocou que as planilhas solicitadas aos municípios de resposta rápida para uma tomada de decisão, passa despercebido porquê os gestores são bombardeados com planilhas solicitadas pelas Regionais sem nenhum tipo de encaminhamento. Relatou que, por causa disso, às vezes o gestor ignora as planilhas dos e-mails. Solicitou para que quando fossem solicitados dados para uma rápida tomada de decisão que seja feito um contato telefônico com cada gestor, por um apoiador da Regional para explicar o porquê daquela planilha e a importância da rapidez.

Dra. Lucélia, COSEMS, concordou e definirá um encaminhamento para que possa facilitar para o gestor.

Dra. Ann Otília, CIR Região Sudoeste I, Apontou que recentemente a SAIS criou um grupo de WhatsApp na Região com os Coordenadores de Atenção à Saúde dos Municípios, alegando que as Regionais já tem esses grupos com uma ótima comunicação e integração 24 horas, assim, gostaria de entender qual é o objetivo desse grupo. Acha que isso não vai fortalecer a

Região, pelo contrário, vai enfraquecer porque criará um fluxo que não é o trabalhado e vai na contramão da regionalização porque cria fluxos paralelos.

Dra. Simone, da Subsecretaria SES, disse que não está sabendo deste grupo e informou que os grupos existentes são das Superintendências e o da Subsecretaria.

Dra. Lucélia, COSEMS, explicou que tem uma programação proposta para esse grupo para dar um direcionamento e fortalecimento dele, numa oferta teórica para alinhar com todos e solicitou que apontassem o encaminhamento desse grupo, o que esperam, o que podem fazer para melhorar e otimizar este espaço. Espera que este espaço seja muito compartilhado e que todos possam ter a visão do que é governança, facilitando a motivação das Regiões, pois, visto que a falta de resposta para as demandas desanima. Destacou o encaminhamento do Dr. Kleber que mencionou a Governança no âmbito do SUS e plano diretor de investimento, considerando de suma importância para o estudo da governança e a noção desse papel na região. Disse que é preciso ter pautas alinhadas, pois são documentos de organização e institucionalização das CIR, começando nessas etapas. É preciso começar nessas etapas do que é uma institucionalização da CIR, o Regimento, calendário aprovado, e qualquer alteração deverá ter anuência de todos, além do processo de resoluções, de atas e de pautas, considerando isso institucionalização e que precisam ser alinhadas. A proposta desse momento é dar direcionando e tentar dar respostas para essas dificuldades pois o SUS é complexo e é preciso ter essa noção de amadurecimento nesses processos. Citou o encaminhamento da Luzimar: Identificar os macroprocessos e os fluxos e disse que isso é uma das coisas que já colocou na demanda. Respondendo ao Dr. Robson, informou que ele tinha colocado a questão da transmissão ao nível Central pelo próprio município, sem passar pela Regional, e opinou que quanto a isto seria o exercício mesmo de amadurecer e definir fluxos para tudo e aprenderem a ter prazos para os fluxos que possa ser obedecido por todos. Fez um convite para a videoconferência em que ela, o Diogo, Assessor de TI e Sistemas de Informação do CONASEMS, e o Alessandro, Assessor de Vigilância em Saúde, para que pudessem discutir as dificuldades que estavam tendo com os Municípios e a SES com relação às inconsistências da Vigilância do e-SUS VE, do NOTIFICA e todo o processo. Informou que para quem quisesse participar tinham passado o link para os municípios e apoiadores e que poderiam pedir a eles estendendo o convite a todos.

Dra. Simone, da Subsecretaria SES, manifestou o interesse de participar ou auxiliar nas CIR's, enquanto Secretaria Estadual, mas que estavam com choque de agenda e, se conseguissem com a Macrorregião uma maneira que pudessem participar, com certeza estariam na CIR.

Dra. Lucélia, COSEMS, completou que dentro iriam amadurecendo o processo de fortalecimento e informou que a Superintendência do Ministério da Saúde definiu dois apoiadores para cada Região e solicitou sua inserção nos links de acesso às CIR como convidados, igual todos que participavam das CIR. Disponibilizou o link da videoconferência com início às 14:00. Comunicou que naquele primeiro momento era mesmo de apresentação e de colher os encaminhamentos que seriam dados e que na reunião seguinte precisariam fazer alguns alinhamentos conceituais e que buscariam atender às solicitações para as necessidades de fortalecimento da Governança na Região e informou que na quinta-feira seguinte teriam reunião de CIB e, na quarta-feira, Assembleia dos Gestores de COSEMS.

Dra. Simone, da Subsecretaria SES, agradeceu a todos dizendo que estariam à disposição, dispostos a trabalhar juntos no GT e dar o melhor para que tivessem realmente Regiões fortalecidas.

Sra. Lirce, Secretária Executiva da CIB, agradeceu e despediu-se informando que tinham uma previsão no calendário aprovado em fevereiro que a próxima reunião deveria acontecer no dia 22 de julho, mas que veriam até lá o que aconteceria, o que poderiam programar e que todos

poderiam demandar o que precisassem para eles. Considerou a reunião muito produtiva, que todos tiveram liberdade para falar, que tinha sido muito agradável e tinha ficado satisfeita com todos.

Dra. Lucélia, COSEMS, informou que tinham iniciado o processo de discussão nas Regiões, do guia orientador para a implementação, fortalecimento das Redes de Atenção, o que consumiria muitas agendas. Informou que tinham uma reunião que acontecia toda segunda-feira no período vespertino, mas que tinham algumas pessoas nas Regiões, inclusive Coordenador Estadual que solicitou o repasse das agendas das CIR para que se programassem sem conflito de agendas, e que na pactuação da CIB em 20 de fevereiro ficou definido que a CIB ficaria na terceira semana, visto que a CIT acontece na quarta-feira e que as CIR's deveriam se organizar, acordar, fazer um esforço, para acontecerem na primeira e na quarta semana, algumas vezes na segunda semana porque realizariam os GT. Falou que precisavam desta definição de organização de agenda com dias e horários sequenciais para facilitar a discussão de PRI e as discussões de Macrorregiões. Deixou esta solicitação na programação para não ter conflito das agendas e otimizar as agendas das CIR's para fazerem as discussões do guia.

Dra. Patrícia Palmeira, Região Central, disse que queria registrar que a reunião tinha sido muito boa e agradeceu pela colocação enriquecedora de cada um neste momento tão difícil, dizendo que só de ouvi-los já se sentiam acolhidos.